



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Hegemonia Neoliberal: latifúndio, reforma agrária e movimento social no campo			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Cláudio Lopes Maia*	Universidade Federal de Goiás	UFG	Docente/DE
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
Durante o Governo Lula, duas políticas foram adotadas em relação ao setor agrícola, de um lado o incentivo a expansão das exportações de commodities, de outro a facilitação do acesso as terras públicas de posseiros de grandes extensões de terra. Estas políticas, fundamentais para o ordenamento econômico do Brasil nos últimos nove anos, foram acompanhadas ainda por uma diminuição considerável das ações dos movimentos sociais de luta pela terra, setores que apresentaram uma capacidade considerável de questionamento ao projeto neoliberal no seu período de gestação. Neste texto estabeleceremos a relação entre as políticas de apoio ao agronegócio e a diminuição das ações sociais dos movimentos sociais ligados a questão agrária e como estes dois aspectos foram fundamentais para consolidação da hegemonia neoliberal no Brasil.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Agronegócio, exportações, movimentos sociais			
ABSTRACT			
During the Lula government, two policies were adopted in relation to the agricultural sector on the one hand encouraging the expansion of exports of commodities, facilitating access to other public lands to settlers large tracts of land. These policies are fundamental to the economic order from Brazil for the past nine years has been accompanied by a considerable decrease of the actions of social movements that struggle for land, sectors with a considerable capacity to challenge the neoliberal project in its gestation period. In this paper we will establish the relationship between the policies in support of agribusiness and the reduction of social actions of social movements linked to the agrarian question and how these two aspects were critical for the consolidation of neoliberal hegemony in Brazil.			
KEYWORDS			
Agribusiness, exports, social movements			

O projeto neoliberal no Brasil sempre atribuiu um papel especial ao agronegócio, especialmente aquele vinculado às formas de produção em que o latifúndio é tido como essencial a sua existência, a saber, o complexo soja, o setor sucroalcooleiro e o de carnes. O papel especial da produção agrícola seria o de impulsionar as exportações nacionais, produzindo uma alta acumulação das reservas cambiais, para o financiamento da movimentação de capitais. A facilitação da circulação de capitais, elemento essencial da política neoliberal, numa economia com baixa participação no comércio mundial de produtos industrializados, exigiu um incremento das exportações agrícolas, para aumentar as reservas cambiais e evitar, em parte, o risco de vulnerabilidade da economia nacional aberta à especulação financeira.

O plano neoliberal traçado para a agricultura brasileira, no entanto, sofreu grandes questionamentos e, em certos momentos, desagradou inclusive aos próprios grandes proprietários de terras, que no Governo Fernando Henrique organizaram “caminhões” com o objetivo de

* Doutor em História, professor do Curso de História – Campus Catalão/UFG, do Programa de Mestrado em Direito Agrário da UFG e membro do CEPEC – Centro Popular de Estudos Contemporâneos.

questionar “a liquidação dos subsídios estatais à produção agrícola, o fim do tratamento especial dado pelo Estado aos agricultores endividados etc” (SAES, 2001, p. 90), aspecto importante da política neoliberal.

A presença política dos latifundiários não fora o principal problema enfrentado pelo programa neoliberal, a resistência maior veio dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, assim como, dos milhares de sem-terras formados a partir da política de “modernização” da agricultura conduzida pelos governos militares. O surgimento de movimentos de luta pela terra por todo o país e sua ação social baseada na ocupação de latifúndios improdutivos, chamou a atenção da sociedade civil para o problema agrário brasileiro, questionou os resultados das políticas agrárias dos últimos anos, principalmente no que se refere ao incentivo do estado à produção latifundiária, mecanismo que se encontrava em vias de aprofundamento pelo papel reservado ao agronegócio nas políticas neoliberais.

Os anos 2000 iniciaram sob forte ação dos movimentos de luta pela terra, questionando os projetos traçados para o espaço agrário brasileiro pelo neoliberalismo e, por outro lado, com uma insatisfação geral dos grupos relacionados tradicionalmente ao latifúndio, que exigiam uma ação mais enérgica do estado para com os movimentos sociais de luta pela terra, pois não aceitavam o abandono das políticas de financiamento da dívida do setor agrário, assim como não admitiam qualquer projeto, mínimo que fosse, de distribuição de terras ou de fortalecimento de órgãos de controle do espaço agrário, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Os problemas do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, portanto no que se refere à agricultura brasileira, cortavam a sociedade de cima a baixo.

1. Governo Lula e o agronegócio: correção de rota no projeto neoliberal

O comércio agrícola no mundo, no ano de 2002, foi de 376 bilhões de dólares, alcançando o percentual de 7,6% do total do comércio mundial, que teve a cifra aproximada de 5 trilhões de dólares. O percentual de 2002 não foi muito diferente dos 7,4% registrados em 2001, contudo entre os anos de 2001 e 2006, as exportações agrícolas foram perdendo aos poucos o seu espaço no comércio mundial, chegando ao final deste período com 6,1% do total de todas as trocas realizadas no mundo. A situação só não foi pior porque entre os anos de 2007 e 2008 o comércio agrícola recuperou parte de suas perdas, chegando ao percentual de 6,8% do total comercializado, impulsionado principalmente pela elevação dos preços agrícolas, fenômeno que continua sendo registrado no final da década.¹

¹ Para os dados apresentados neste trabalho sobre o desempenho do setor do agronegócio no comércio mundial e as análises de sua recuperação ver: Brasil (2010).

O desempenho do setor agrícola no comércio mundial não pode ser creditado a qualquer crise particular da agricultura ou destas relações de comércio, isto porque durante o período de 2002 à 2006, este tipo de comércio cresceu 53,64%, contudo, no mesmo período, o dinamismo do comércio mundial foi maior, porque este cresceu numa taxa de 89,54%. O fator responsável para que o resultado da agricultura não fosse tão ruim, como o início da década apontava, foram os resultados registrados entre os anos de 2006 e 2008, pois enquanto o comércio total de produtos cresceu na ordem de 33,60%, no comércio agrícola foi de 47,65%, recuperando um pouco sua participação no mercado mundial, porém ainda com um percentual menor do que desfrutava em 2002.

As oscilações do mercado agrícola mundial e sua diminuição de participação no comércio total, não tiveram grandes impactos na organização do setor no Brasil, muito pelo contrário, o nosso comércio agrícola registrou um crescimento de 2,2%, entre os anos de 2002 e 2008, no comércio mundial dos produtos do agronegócio, no caso, a agricultura brasileira assumiu uma maior importância no mundo na última década, aumentando sua participação no setor agrícola de 4,6% para 6,8%. O desempenho da agricultura ocupa uma importância maior quando contrastado com desempenho do comércio internacional de produtos brasileiros, que cresceu, no mesmo período, somente 0,2%. Os percentuais de sucesso das exportações agrícolas foram acompanhados também pelo crescimento do valor comercializado, que de US\$ 17,43 bilhões de dólares, em 2002, passou para US\$ 54,8 bilhões de dólares em 2009; nos últimos dez anos este percentual só foi maior do que o de 2008, que alcançou a cifra de US\$ 58,36 bilhões de dólares (BRASIL, 2010, p. 11).

Os números do agronegócio mundial e o desempenho do Brasil em relação a esse mercado indicam que nos últimos anos assistimos à manutenção de uma política de exportações assentada em grande parte nos produtos agrícolas. A expansão do mercado agrícola de exportação no Brasil não é o único fenômeno a chamar a atenção para os números de nossa balança comercial. Não há dúvidas de que o volume das exportações e importações cresceu muito entre os anos de 2003-2008, no caso das vendas externas o crescimento foi de 119,45%, enquanto que nas compras o aumento foi de 258,39%, contribuindo para que no ano de 2008, pela primeira vez no Governo Lula, a balança comercial registrasse um déficit pequeno, frente aos grandes superávits registrados entre os anos de 2003 e 2007, mas significativo, para demonstrar que a crise chegava ao Brasil. Os números do crescimento do comércio mundial neste período tornam-se mais significativos se relacionarmos ao período de 1996 à 2002, quando as importações registraram queda de 11,44% e as exportações cresceram somente 26,58%².

² Os dados de importação e exportação no período de 1996 a 2008 foram computados pela Funcex a partir de informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil. Acessado em <http://www.funcexdata.com.br/br/indicadores.asp#>, no dia 05 de novembro de 2011.

A melhora do desempenho do comércio externo brasileiro torna-se mais significativa para a qualificação da nova estruturação do agronegócio durante o Governo Lula, quando analisada a composição da pauta dos produtos comercializados. Dividindo os produtos das exportações brasileiras entre básicos, semimanufaturados e manufaturados, é possível identificar um crescimento considerável das exportações dos produtos básicos durante os últimos anos. No ano de 2005 as exportações de produtos básicos cresceram 21,7%, enquanto as de semimanufaturados 18,8% e as de manufaturados 24%³, demonstrando certo equilíbrio no incremento das exportações por fator agregado, durante o primeiro Governo Lula. As grandes mudanças ocorreram a partir do segundo mandato, quando impulsionadas pela crise, a variação entre os fatores agregados passou a pesar com maior força para o setor de produtos básicos. No ano de 2008, em plena crise, houve uma diminuição das exportações da ordem de 22,7%, contudo o setor que mais perdeu no processo foi o de manufaturados, com uma queda de 27,9%, enquanto o de básicos perdeu 15,2% e o de semimanufaturados 24,3%. Em 2010 quando as exportações se recuperaram de forma surpreendente em 32%, a maior contribuição a este percentual veio do setor de produtos básicos e semimanufaturados que cresceram respectivamente 45,3% e 37,6%, enquanto o de manufaturados somente 18,7%.

A consolidação do setor de produtos básicos na pauta de exportações do Brasil é o fenômeno central do comércio exterior durante o segundo mandato do Governo Lula, que reproduz, de certa forma, uma lógica histórica de interferência no setor agrícola, merecendo ser analisada para a qualificação social do setor que mais cresceu economicamente nos últimos anos. É fato conhecido e debatido por todos que analisam a questão agrária e agrícola no Brasil que, após meados da década de 70, houve um investimento considerável na consolidação de uma agricultura de exportação⁴. O objetivo dos Governos Militares era o de criar um sistema agropecuário no país que fosse capaz de absorver uma gama variada de produtos industriais (tratores, produtos químicos, entre outros) e também ocupar a pauta das exportações brasileiras, produzindo superávits na balança comercial, capazes de corrigir os déficits da balança de pagamentos necessários para financiar a entrada e saída de capitais estrangeiros e mesmo para cobrir os pagamentos da dívida externa. A formação do setor exportador agrícola só foi possível às custas do financiamento público, presente numa gama variada de políticas agrícolas que se estendem desde a consolidação de uma política de crédito rural a uma política de incentivos ao uso de insumos modernos (GONÇALVES NETO, 1997, p. 141-227).

Além de cumprir uma função direcionada a estruturação de uma política econômica singular, a política agrícola do Regime Militar ainda tinha por função intervir diretamente na arena

³ A distribuição das exportações por fator agregado adotada neste trabalho, assim como os indicadores de expansão estão disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>. Acessado: dia 09 de outubro de 2011.

⁴ Para uma análise deste processo, ver: Gonçalves Neto (1997).

da disputa agrária, isto porque as políticas agrícolas eram desenvolvidas através da ocupação das terras do Centro-Oeste brasileiro e das regiões Norte do país, principalmente com a ocupação das terras amazônicas. O processo de ocupação dos novos espaços agrários, fenômeno que ficou conhecido como a expansão da fronteira, atendia plenamente aos objetivos de uma aliança dos militares com os proprietários rurais, a partir do momento que empurrava o problema agrário das regiões dominadas pelo agronegócio para o interior do país, transferindo populações dos estados do Sul para as regiões oeste da nação. A transferência de populações era garantida através das políticas agrícolas, que financiavam a chegada dos novos produtores, assim como garantiam investimentos na área de insumos agrícolas, tornando as terras do cerrado brasileiro passíveis de serem exploradas pela agricultura.

A expansão da fronteira, no entanto, não atendia somente aos interesses dos setores agrícolas instalados no Sul do país, também viabilizava o processo de reprodução do modelo tradicional de ocupação das terras nas regiões periféricas. A chegada de novas levas de produtores ao oeste do país, financiada pelo governo, movimentava o mercado de terras numa região em que os marcos da propriedade ainda estavam indefinidos, pela presença de grandes extensões de terras devolutas⁵ sem demarcação pelo estado. O resultado da grande presença de capital interessado em terras, numa região ocupada por sistemas de produção tradicional que exploravam a existência de “terras livres”, foi a constituição de uma verdadeira corrida aos títulos, que ficou representada pela estruturação de um forte esquema de grilagem de terras e por processos de expulsão de pequenos posseiros e proprietários que deveriam ser empurrados mais para oeste do país para dar lugar aos novos produtores interessados nos fartos subsídios agrícolas e no mercado agrícola internacional que se formava, sob novas bases, durante o Regime Militar.

A chamada “modernização” da agricultura no Brasil não se fez em detrimento aos interesses dos grupos latifundiários tradicionais, mas garantindo sua reprodução de maneira particular, diferenciada. Os latifundiários tradicionais se não ocuparam diretamente um espaço no processo produtivo, pelo menos tiveram garantida a oportunidade de especularem no mercado de terras, agindo como “mediadores” da ocupação agrícola dos terrenos sob seu domínio ou mesmo das terras devolutas, promovendo o processo de “limpeza” das áreas, expulsando os pequenos posseiros, titulando as terras devolutas do estado como patrimônio particular e por fim, entregando estes novos terrenos aos grupos interessados em sua exploração. O papel específico destes grupos tradicionais em relação ao novo modelo agrário não pode ser considerado como um acidente do processo, pois foi certamente garantido pelo descuido do estado para com as terras devolutas e, ao mesmo tempo,

⁵ Uma análise da relação entre as políticas agrícolas do Regime Militar e o processo de ocupação das terras no oeste do Brasil, reproduzindo a expansão da grilagem de terras, a partir da ocupação de terras devolutas e da expulsão de pequenos posseiros, poder ser vista em Martins (1997, p. 81-112)

desempenhando um papel leniente frente aos diversos crimes realizados nestas áreas a partir da expulsão dos pequenos camponeses de suas propriedades.

A análise da história do processo de formação do agronegócio no Brasil nos permite compreender como este setor se constituiu em associação com os grupos tradicionais de exploração da terra e mantendo o seu caráter latifundiário, em nada lembrando qualquer processo de modernização do campo, baseado no uso intensivo de tecnologias. A presença de uma ampla fronteira no Brasil talvez seja a explicação principal para este processo. No Brasil, a presença de uma fronteira aberta à ocupação se constituiu no principal mecanismo de sobrevivência da pequena propriedade, quando seus espaços se fechavam no litoral. A migração foi o mecanismo principal de ação dos pequenos proprietários para sua sobrevivência. Este deslocamento dos pequenos proprietários era feito para regiões em que havia uma situação completamente indefinida quanto à propriedade, isto porque, o Sertão se tornou zona principal de expansão da pecuária, que no final do século XIX, necessitava de terras abertas para sua produção, baseado no sistema de criação do gado conhecido como “na larga”⁶.

A presença do pequeno lavrador não contrastava, em princípio, com este sistema de produção, pois aquele se constituía numa opção de renda para o grande proprietário, em sistemas de produção baseados em formas variadas de arrendo pago com parte da produção⁷. A contradição entre a agricultura camponesa e a pecuária surgiu com a integração das terras do Sertão ao mercado capitalista, principalmente por meio da construção de estradas, que permitiu a exploração de uma agricultura voltada diretamente ao mercado, surgindo um valor para as terras, regulado não tanto pela capacidade produtiva intrínseca deste bem, mas pela capacidade que a mesma possui de gerar uma renda. O que se compra ou se vende, neste mercado, não é a terra, mas sim o direito à renda que esta produz. O comprador de terras, quando adquire este bem, o faz com o interesse de adquirir os direitos sobre os ingressos futuros previstos, um direito sobre os frutos futuros do trabalho. Podemos dizer que a terra se converte em algo parecido com o mercado de ações, em que se compra na esperança ou na previsão de ganhos futuros (HARVEY, 1990, p. 374).

A conjunção de interesses de uma agricultura voltada ao mercado, com a presença de um domínio tradicional das terras e um estoque grandioso de “terras livres” se tornou o fator impulsionador da formação de um bloco de defesa do latifúndio no Brasil, assim como da

⁶ Sistema pelo qual o gado era criado com poucos momentos de manejo, praticamente limitado aos períodos de seca, onde o gado era juntado num entroncamento de dois rios para receber o sal, que alimentava o gado e repunha nutrientes em falta na natureza naquele momento. Neste sistema a capacidade de pastar do gado passava a ser um definidor dos limites da propriedade, pois como a maioria não eram cercadas o proprietário do gado identificava suas terras pela presença de seu gado.

⁷ Isto não quer dizer que não houvesse conflito de terras antes da chegada do capital, estes ocorriam, mas a base da disputa era a submissão do camponês aos sistemas de exploração do trabalho e não necessariamente sua expulsão da terra para garantir o domínio deste bem, para uma análise mais aprofundada deste processo e dos momentos diferenciados de confronto em relação a terra ver: Martins (1990)

constituição de um grupo extremamente conservador no campo, que se apresenta sob a faceta de grupos modernizadores por se encontrar integrados ao comércio internacional. As características particulares do agronegócio no Brasil, constituído em aliança com os setores tradicionais de exploração da terra e fundamentando sua expansão num estoque grandioso de terras públicas, talvez sejam uma das características sociais mais marcantes deste país. Forjada principalmente pela ação do estado, que viabilizou a expansão agrícola para as regiões em que o domínio da propriedade agrária era frágil, sem estabelecer qualquer mecanismo de controle sobre este processo, muito pelo contrário, garantindo a ocupação de terrenos públicos com a legitimação de títulos agrários forjados e de uma grande repressão aos movimentos sociais questionadores da dilapidação do patrimônio público agrário.

O processo de constituição do bloco hegemônico no campo, se por um lado conserva a presença dos proprietários tradicionais de terra, por outro, legitima seu domínio numa aliança direta com o capital industrial, de tal forma que a representatividade do bloco gravita entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) (para os assuntos relacionados à expansão da ocupação de terras, à repressão aos movimentos sociais, a garantia das terras públicas à livre ocupação dos latifundiários e a resistência a qualquer forma de controle ambiental sobre o uso e exploração da terra), e a Associação brasileira do Agribusiness (ABAG)⁸, com seus interesses direcionados a integração da agricultura a indústria e a defesa da expansão do mercado agrícola no Brasil e no mundo. Não há dúvidas de que a ABAG tenha mais presença nos Governos atuais, do que a CNA (MENDONÇA, 2006, p. 24-28), contudo, a última tem mais presença na mídia pautando as ações repressivas do governo em relação aos movimentos sociais e direcionando as ações do estado em relação à política ambiental para o setor.

A constituição histórica do bloco hegemônico no campo não foi afetada no Governo Lula, ao contrário, aprofundou-se a ligação entre ocupação tradicional da terra e a exploração agrícola para exportação, ao mesmo tempo, que corrigiu-se a rota do projeto neoliberal no campo, com a garantia do espaço de reprodução econômica do grupo tradicional de ocupação da terra, como uma compensação pelas restrições às políticas de crédito agrário público ao campo. O crescimento das exportações e em especial da pauta de produtos básicos abriu grandes oportunidades de negócios para o setor agrícola. O incremento das exportações de produtos básicos está plenamente associado ao processo de crise mundial, que veio combinado com um aumento expressivo do mercado de *commodities*, especialmente pela especulação no mercado de futuros, onde estas mercadorias são vendidas e revendidas várias vezes antes de chegar ao seu destino final.

⁸ Para um análise da confrontação entre estes dois grupos e o surgimento da ABAG, ver: Mendonça (2006, p. 11-29)

Tabela 1 - Índices de Commodities

Dezembro 2005 = 100

Ano/mês	Composto	Agropecuária ⁹	Metal ¹⁰	Energia ¹¹
2005/dez	100,00	100,00	100,00	100,00
2006/dez	110,28	111,34	132,17	81,71
2007/dez	115,50	114,47	133,76	90,51
2008/dez	112,17	127,04	94,45	85,47
2009/dez	116,90	122,85	118,46	81,37
2010/dez	158,25	179,04	149,08	95,24
2011/out	161,52	182,21	140,02	105,76

Fonte: Banco Central do Brasil

Na tabela 1 é possível observar que enquanto os preços gerais das *commodities* caíram no ano de 2008 em relação ao ano de 2007, apesar de se manterem acima de 2005, o grupo de produtos da agropecuária manteve seus preços em alta em plena crise, com uma pequena queda em 2009, mas plenamente recuperada em 2010, continuando seu processo de alta em 2011. A alta nos preços dos produtos agropecuários é um dos fatores que justifica a forte subida da participação dos produtos básicos na pauta de exportação, processo que assume contornos históricos interessantes.

Em 1974 quando o Regime Militar consolidou os produtos básicos como um importante componente da pauta de exportações, os mesmos alcançaram o valor de US\$ 4.577 milhões de dólares, enquanto os manufaturados formaram o montante de US\$ 2.263 milhões de dólares, neste caso, os básicos assumiam o papel principal na balança de comércio. A posição dos produtos básicos continuou preponderante até o ano de 1980, quando pela primeira vez foram superados pelos manufaturados, em pouco mais de US\$ 540 mil dólares, contudo a partir deste ano assumiram a dianteira, somente perdendo esta posição no ano de 2010, 30 anos depois dos produtos manufaturados terem consolidado sua dianteira em termos de valores na balança de comércio. Esta tendência parece não ter sido somente um acidente conjuntural, pois no ano de 2011, até o mês de outubro, as exportações de produtos básicos alcançaram o valor de US\$ 118.970 milhões de dólares, 47,44% do valor total das exportações, enquanto os produtos manufaturados formaram o montante de US\$ 96.235 milhões de dólares, 38,37% do total, com os produtos semimanufaturados alcançando a cifra de US\$ 35.539 milhões de dólares, 14,17% do total, um importante indicativo, já que entre os semimanufaturados incluem-se, também produtos do agronegócio¹².

⁹ Produtos que compõem o índice de preços agropecuários: Carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café e carne de porco.

¹⁰ Metal: Alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo e níquel.

¹¹ Energia: Petróleo Brent, gás natural e carvão.

¹² Os dados de exportação e sua agregação por setores de 1974 a 2011 foram computados pela Funcex a partir de informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil. Acessado em <http://www.funcexdata.com.br/br/indicadores.asp#>, no dia 05 de novembro de 2011.

A liderança dos produtos básicos na pauta de exportação, em parte um fenômeno conjuntural, assume contornos estruturais quando analisada a expansão do agronegócio *stricto sensu*, pois apesar de grande parte dos produtos do agronegócio ser exportada *in natura* e do preço das *commodities* ter registrado alta justamente entre os produtos agropecuários, colaborando para inflar os valores totais do comércio destes produtos, o setor de minerais também compõe importante espaço nos produtos básicos e semimanufaturados, indicando que os números do desempenho do setor básico serve mais para identificar as oportunidades do agronegócio, do que estabelecer necessariamente os marcos de uma política deliberada do Governo em relação ao setor.

O estudo da pauta de exportação do agronegócio, relacionando às políticas de estado para o setor, produz elementos mais claros de análise da relação do Governo Lula com o agronegócio. O aumento das *commodities* torna-se fundamental para o sucesso das exportações de produtos básicos, porém este aspecto é somente um dos fatores a explicar este particular sucesso e mesmo a expansão do setor agrícola neste processo, isto porque os aumentos das exportações se deram em setores muito particulares que contaram com políticas específicas do Governo para sua expansão. Em 2009, como já tratado, o Brasil exportou US\$ 54,8 bilhões de dólares, deste valor US\$ 46,1 bilhões se referem a cinco setores: complexo soja; carnes; complexo sucroalcooleiro; café; e fumo e seus produtos (BRASIL, 2010, p. 14), correspondendo a 84% de todas as exportações agrícolas do Brasil, desempenho 1,9% superior ao de 2008. O desempenho dos cinco setores principais de exportação só não foi melhor no ano de 2009 porque o café e o fumo tiveram uma queda respectiva de 9,6 e 6,0 pontos percentuais em sua participação geral (BRASIL, 2010, p. 17). A queda de participação em dois setores, dos cinco principais na pauta de exportação, associada ao crescimento geral da concentração nos primeiros setores, indicam uma pauta de produtos ainda mais restrita, comprovada pelo fato de que os três primeiros setores da exportação (Complexo soja, Carnes, Complexo sucroalcooleiro) responderam por 70,7% de todas as exportações agrícolas, enquanto há dez anos estes mesmos setores respondiam por 58% das vendas externas agrícolas (BRASIL, 2010, p. 16).

A especialização da produção do agronegócio em poucos produtos é uma característica histórica do Brasil. Nos últimos anos, entretanto, houve um aprofundamento deste, o que pode ser comprovado pelo incremento das exportações em poucos setores, em detrimento de uma série de produtos que vêm perdendo força frente às exportações. Analisando o incremento das exportações agrícolas de 2007 a 2009, podemos observar que os três primeiros produtos foram responsáveis por 98,36% do incremento do valor das exportações e ainda “a elevação das exportações dos cinco maiores setores exportadores ultrapassaram o aumento do valor total das exportações. Ou seja, o conjunto dos demais setores apresentou redução de valor exportado no período” (BRASIL, 2010, p. 17). Os números e análises do próprio governo comprovam que nos últimos anos tivemos um

processo de concentração enorme da produção agrícola e das exportações do agronegócio em um número reduzido de produtos.

A concentração do valor das exportações do agronegócio não pode ser explicada somente pelo fator preço das *commodities*. A soja, principal produto de nossa pauta de exportações, teve um crescimento de seu valor exportado de 2007 à 2009 da ordem de 58,92%, contudo em relação à 2008 os preços do produto registraram uma queda de 10,5%, mas amplamente compensada por um aumento de toneladas embarcadas de 16,3%. Assim, enquanto o preço oscilou no período, as toneladas embarcadas garantiram o aumento do valor exportado, deixando claro que o aumento do valor exportado não pode ser creditado à fatores conjunturais relacionados à influência de preços determinados externamente.

A movimentação mais característica da pauta de exportação, a indicar uma política de governo voltada à especialização do agronegócio e ao favorecimento a setores específicos deste tipo de produção, pode ser registrada com o setor carnes, que participou com 21,51% do total das exportações de produtos agrícolas em 2009 (BRASIL, 2010, p.16). Nos últimos onze anos tivemos uma mudança no ranking dos cinco primeiros produtos em valor exportado sendo que, as carnes que ocupavam a quarta posição subiram para o segundo lugar, perdendo somente para o complexo soja. O grande perdedor da década, com certeza foi o café, que de segundo lugar caiu para quarta posição, sendo superado não só pelas carnes, como também pelo setor sucroalcooleiro que passou a ocupar a terceira posição no *ranking*. A expansão das exportações da carne chama a atenção, não só pelo fator valor, mas também pelo volume, que aumentou de 1997 para 2009 em 700% (BRASIL, 2010, p. 16). Ainda no mercado de carnes o crescimento em termos de valor mais expressivo foi o referente ao setor de animais vivos, que em 2008 e 2009 cresceu respectivamente 109% e 86,2%¹³.

A expansão do setor carnes é o que mais indica uma política deliberada do Governo Lula de apoio econômico a setores tradicionais do agronegócio, numa tentativa de resolver as resistências ao projeto neoliberal presentes no Governo Fernando Henrique Cardoso. A expansão da criação de gado tem sido um dos principais aspectos relacionados ao aumento da área de ocupação do agronegócio, o próprio Governo já admitiu que 80% das terras desmatadas na Amazônia foi para a constituição de fazendas de gado, segundo suas conclusões:

A pecuária é responsável por cerca de 80% de toda área desmatada na Amazônia Legal. (...) Os principais agentes do desmatamento para a implantação de pastagens são grandes e médios pecuaristas. Entretanto, existe um elevado número de agentes intermediários, geralmente com baixos custos de oportunidade, que antecipam estes pecuaristas, e que são responsáveis de forma direta por grande parte dos desmatamentos. A expansão da pecuária na Amazônia tem se beneficiado da disponibilidade de terras baratas e, em diversos casos,

¹³ Para os dados referentes a 2008 ver: Brasil (2009, p. 14) e para os referentes a 2009 ver: Brasil (2010, p. 14.)

pela falta de cumprimento da legislação ambiental e trabalhista (PRESIDÊNCIA, 2004, p. 10).

A constatação feita pelo grupo interministerial formado para analisar a expansão do desmatamento da Amazônia Legal, centrava o problema na ocupação pecuária, que aproveitando da disponibilidade de terras baratas, movimentava toda uma rede de “agentes intermediários” que viabilizavam a “limpeza” das áreas para instalação de uma exploração produtiva na terra. Como já analisado, desde o Regime Militar, a estratégia de formação do setor do agronegócio passa pela expansão da fronteira agrícola e pela presença de terras devolutas, sendo inclusive esta associação admitida em documentos do próprio governo:

Em muitos casos, o desmatamento recente tem se relacionado a práticas de grilagem de terras públicas. Este fenômeno reflete uma série de fatores, como: i) a falta de supervisão adequada do Poder Público sobre cartórios de títulos e notas, que freqüentemente reconhecem transações fundiárias ilegítimas, ii) fragilidades nos processos discriminatórios e outras ações de averiguação da legitimidade de títulos, e iii) interesses políticos-eleitorais, tipicamente com apoio de funcionários de órgãos fundiários, em que ocupações por posseiros são incentivadas com promessas da concessão futura de lotes. Freqüentemente, a grilagem de terras se relaciona a outros atos ilícitos, como o porte ilegal de armas, trabalho escravo e outras violações dos direitos trabalhistas, evasão de impostos, garimpagem ilegal de madeira, lavagem de dinheiro do narcotráfico, etc (PRESIDÊNCIA, 2004, p. 11).

A constatação pelo Governo Lula da relação: gado, terras baratas e grilagem de terras, de nada serviu para que fossem tomadas medidas para limitação deste processo. No ano de 2008, foi editada a Medida Provisória (MP) nº 422 que aumentava a possibilidade da regularização da posse sobre terras públicas de 500 hectares para 15 módulos fiscais¹⁴, o que na Amazônia significa uma média de 1.140 hectares¹⁵, neste caso, a MP mais que dobrou a possibilidade de acesso às terras públicas. A medida anunciada como uma forma de conter a grilagem de terras serviu para garantir o domínio sobre o patrimônio público de grandes proprietários de terras, que haviam se apossado das terras para a criação do gado. Uma demonstração do significado da medida pode ser aferida pelo fato do Incra considerar como grande propriedade aquelas que estejam acima de 15 módulos fiscais.

A concessão de terras públicas avançou no ano de 2009, quando editada a MP 458, que estabeleceu o limite em 1.500 hectares e uma série de procedimentos para facilitar o processo de aquisição das terras públicas. A edição da referida MP foi apontada pelo governo como uma medida

¹⁴ O módulo fiscal é uma unidade de medida fixada diferentemente para cada município de acordo com a Lei nº 6.746/79. Uma medida calculada por vários parâmetros de produção agrária e que indicaria uma gleba de terra bastante para uma família tirar o seu sustento. Atualmente, o módulo fiscal serve de parâmetro para a **classificação fundiária** do imóvel rural quanto a sua dimensão, de conformidade com art. 4º da Lei nº 8.629/93, sendo o minifúndio imóvel rural de área inferior a 1 (um) módulo fiscal; pequena propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; média propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais; grande propriedade: imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

¹⁵ Um módulo fiscal na Amazônia Legal tem, em média, 76 hectares, para esta informação: <http://www.mda.gov.br/terralegal/>. Acessado em 05 de novembro de 2011.

de regularização de terras para posseiros, todavia a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade de destacada atuação da defesa dos pequenos posseiros, considerou a medida uma oficialização da grilagem de terra e emitiu uma nota afirmando que:

Esta regularização [MP 458] abrange 67,4 milhões de hectares de terras públicas da União, ou seja, terras devolutas já arrecadas pelo Estado e matriculadas nos registros públicos como terras públicas e que pela Constituição deveriam ser destinadas a programas de reforma agrária. (...) Beneficia, sobretudo, pessoas que deveriam ser criminalmente processadas por usurparem áreas da reforma agrária (...) pavimenta o espaço para a expansão do latifúndio e do agronegócio na Amazônia, bem ao gosto dos ruralistas. Por isto não foi sem sentido a redução aprovada pela Câmara dos Deputados de dez para três anos no tempo em que as terras regularizadas não poderiam ser vendidas (...). (CPT, 2010, p. 168. Destaques do autor).

A nota ressalta a escolha feita pelo Governo entre a viabilização de projetos de reforma agrária e a expansão do latifúndio. A edição de MP's facilitando o acesso à terras devolutas, em anos que a exportação de carnes avançava, principalmente no setor de animais vivos, representava uma medida importante para o setor exportador de carne, pois colocava à disposição dos pecuaristas um vasto estoque de terras pronto a ser explorado. As medidas governamentais também foram importantes para a viabilização de um mercado de terras, patrocinadas pelo patrimônio público, principalmente depois que a Câmara dos Deputados diminuiu o tempo em que as terras não poderiam ser vendidas de dez para três anos¹⁶. A garantia do acesso às terras públicas foi fundamental para a realocação do setor tradicional do campo (pecuaristas, grileiros de terras) no bloco de poder formado pelo agronegócio, pois deu a oportunidade para o setor ocupar novas glebas e através da legalização da usurpação do bem público, explorar o mercado de terras que se formava com a expansão da agricultura e da pecuária para a Amazônia.

Reforma Agrária e movimentos sociais no campo

A denúncia feita pela CPT de que o governo com a edição das MP's 422 e 458 fez a escolha de entregar as terras públicas ao latifúndio em detrimento de um projeto de reforma agrária, pode ser estendida também a outras medidas de caráter administrativo e financeiro. Durante o segundo

¹⁶ A Câmara dos deputados ainda havia agregado ao projeto a possibilidade das terras serem requeridas por empresas e de na prova de ocupação dos terrenos serem usadas a presença de prepostos, uma medida que levava a apresentação de pequenos posseiros como se fossem representantes da ocupação dos grandes posseiros, estes artigos foram vetados pelo Governo Lula com o argumento de que "não há dados que permitam aferir a quantidade e os limites das áreas ocupadas que se enquadram nessa situação", porém a medida que diminuiu de 10 para três anos o tempo para venda das terras acima de 400 hectares, uma clara medida para o favorecimento dos grandes proprietários não foi vetado. Para esta informação ver: ENTENDA a MP 458, que regulariza a posse de terras na Amazônia Legal. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/06/090623_mp458_fa_cq.shtml. Acessado em 06 de outubro de 2011.

mandato do Governo Lula, o orçamento executado do Incra, principal órgão responsável pela arrecadação de terras para a reforma agrária e pela condução das políticas agrícolas de consolidação dos assentamentos, apresentou redução constante, sendo que no ano de 2010 era quase 21% menor do que fora em 2007, isto sem computarmos a inflação do período.

Tabela III – Orçamento Executado do Incra

Ano	2007	2008	2009	2010
Valor	2.452.048.883	1.942.840.309	2.087.852.572	1.938.936.112

Fonte: Siga Brasil

A queda do orçamento do órgão dedicado à Reforma Agrária no ano de 2008 talvez pudesse ser explicada pela crise financeira mundial, pois neste período a receita líquida do governo teve uma queda de 2,23%, contudo já no ano de 2009 a mesma receita teve crescimento de 25,56% e a de 2010 cresceu em relação a de 2008 em 21,95%, ou seja, a crise pode ter sido responsável pela queda acentuada de 2008, mas não justificava os baixos percentuais de 2009 e muito menos a queda no orçamento executado de 2010. A diminuição do orçamento disponível para a reforma agrária, no segundo mandato, combinada com as medidas facilitadoras para a expansão do latifúndio foi inclusive tratada pelo movimento social como uma contra-reforma agrária, marca essencial deste período (CPT, 2011, p. 56).

A análise do orçamento executado do Incra no primeiro mandato do Governo Lula indica um crescimento do montante disponível para a reforma agrária. O ano de 2006 foi quando o Incra registrou o maior orçamento executado em todo o Governo Lula, valor que não mais se repetiria naquele mandato. A maior disponibilidade de dinheiro para a reforma agrária no primeiro mandato em relação ao segundo pode indicar que a aliança do governo com o latifúndio não foi estruturada desde o início do governo, mas fez parte de um deslocamento político frente às demandas do comércio internacional agrícola, que cresceu principalmente no segundo período de governo e ao aprofundamento da agenda neoliberal, que remetia à necessidade de fortalecimento do bloco hegemônico no poder incluindo necessariamente o agronegócio.

Tabela IV – Orçamento Executado do Incra

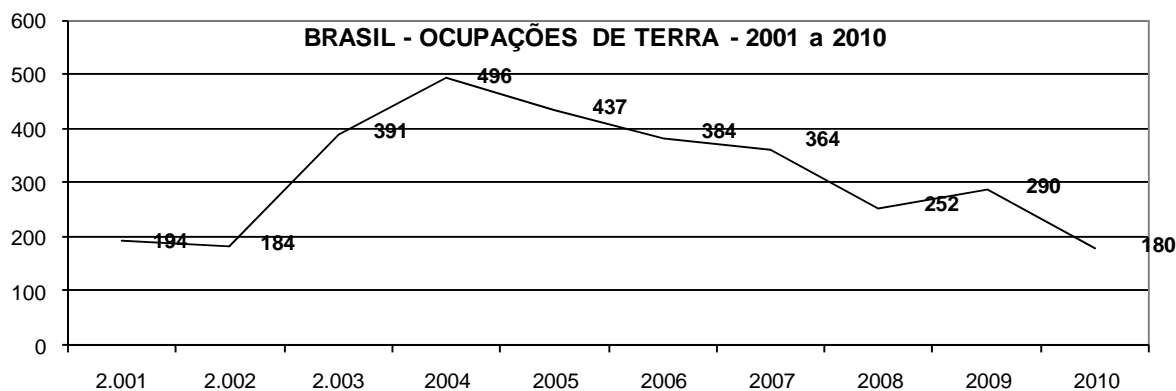
Ano	2003	2004	2005	2006
Valor	1.117.649.985	1.690.503.414	2.312.478.703	2.782.915.072

Fonte: Siga Brasil

A análise dos números do Incra não remete porém somente às decisões unilaterais do Governo ou do bloco hegemônico, faz-se necessário também analisar a atuação dos movimentos sociais de luta pela terra. No Brasil, os movimentos sociais que tem como foco de sua atuação o campo escolheram como estratégia de suas lutas o ativismo público, que assume as formas mais variadas de protesto popular, sendo o principal deles a ocupação de terras, caracterizada por escolhas racionalmente condicionadas à interpretação que os movimentos fazem sobre a legitimidade do latifúndio no Brasil. As escolhas das terras a serem ocupadas não obedecem a um único objetivo e plano no Brasil, dependendo em muitos aspectos das regiões e dos grupos que atuam em cada estado da federação. Nas mais diversas localidades do Brasil, onde se estruturam os conflitos são escolhidas grandes propriedades de empresas agrícolas, terras suspeitas de grilagem, que não cumprem a função social, que exploram de forma predatória os recursos naturais, que estão sobre controle de empresas que dominam tecnologias peculiares de exploração da agricultura, enfim, as ocupações de alguma forma se relacionam à maneira como os movimentos camponeses compreendem o seu direito à terra ou entendem que o estado não cumpre a legislação que define os parâmetros da Reforma Agrária.

A ocupação de terra para além de chamar a atenção da sociedade para o problema agrário ou direcionar a desapropriação de terra a ser executada pelo estado, procura estabelecer um diálogo com a sociedade, sobre a necessidade da organização de outro padrão agrário no Brasil, que atenda aos interesses dos camponeses, mas também conduza a um sistema agrícola e social de distribuição da terra mais justo. A peculiaridade do ativismo público dos sem-terra com sua concentração na ação de ocupação de terra torna este aspecto fundamental para a análise do grau de atuação destes movimentos em determinado período da história. Se as greves são uma referência da presença dos sindicatos na “arena” da luta de classes, a ocupação de terras é o parâmetro da atuação dos sem-terra.

Tendo como base o fato de que a ocupação de terra é uma medida para pressionar o governo quanto a reforma agrária e que durante a década de 90, grande parte do questionamento as políticas neoliberais vieram deste tipo de ação, é possível afirmar que o ativismo público dos sem-terras teve a capacidade de pautar o tema da questão agrária em determinados governos. Em relação ao de Lula este ativismo pode também ser dividido em dois momentos, um de forte atuação e outro de queda acentuada nas ações dos movimentos sociais ligados à terra.



Fonte: CPT. Organizada por Ariovaldo Umbelino.

O ano de 2003 inicia com uma recuperação das ações de ocupações de terra, enquanto 2001 e 2002 haviam sido momentos de queda no número deste tipo de estratégia. O final do governo FHC foi caracterizado pela edição de uma medida provisória¹⁷ que proibiu por dois anos as avaliações e vistorias em terras ocupadas, procedimento fundamental para a desapropriação de terras para a reforma agrária. A medida adotada com o objetivo direto de esvaziar as ações dos sem-terras em conjunto com a expansão da repressão a este tipo de movimento, levou a uma queda neste tipo de ação. Entretanto a expectativa de que o Governo Lula não adotaria os mesmos expedientes do governo anterior e de que haveria uma disposição maior do governo para encaminhar a reforma agrária fez crescer o número de ocupações no país, mas do que dobrando este tipo de ação.

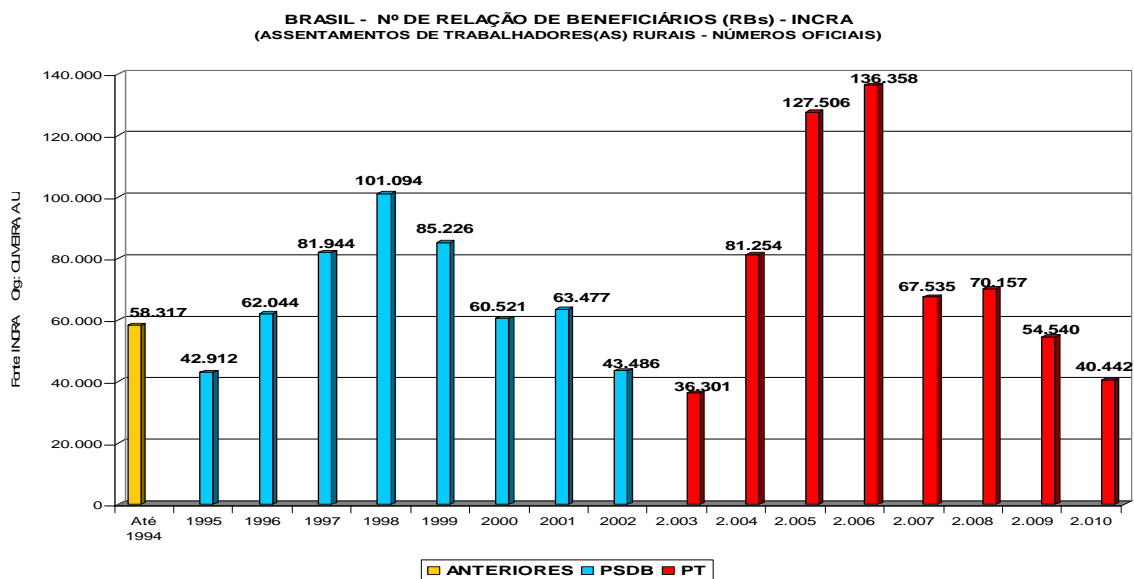
Os anos de 2003 e 2004 foram de crescimento no número de ocupações de terra, este tipo de ação mais do que dobrou em 2003 e teve um crescimento acentuado em 2004. No ano de 2005 foi um ano de diminuição nas ocupações, mas ainda assim, os números foram mais expressivos do que os registrados no primeiro ano do Governo Lula. Interessante notar que justamente no ano com o registro de maior número de ocupações, 2004, foi o que teve o maior aumento percentual do orçamento executado do Incra, 51,25%. O inverso também foi verdadeiro, pois no ano de 2005 quando as ocupações tiveram uma ligeira queda, o orçamento executado teve um crescimento menor, da ordem de 36,79%, o mesmo pode ser verificado em 2006 quando as ocupações caíram e o crescimento do orçamento também foi menor, na ordem de 20,34%. Avançando para o segundo mandato do Governo Lula, é possível perceber que as ocupações tiveram anos de seguidas quedas e

¹⁷ Medida Provisória nº 2.027/38, de 4 de maio de 2000, atualmente MP nº 2.183/56, de 24 de agosto de 2001, esta medida foi considerada pelo próprio Governo Lula como um empecilho para a Reforma Agrária, no entanto este expediente não foi revogado e paira como uma ameaça as ações de ocupações de terra. Para a informação sobre a avaliação do governo ver: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_07/DESENV_AGRARIO.pdf. Acessado em 9 de outubro de 2011.

na mesma velocidade deste processo cairiam as verbas do órgão responsável pela reforma agrária, passando a ter variação negativa.

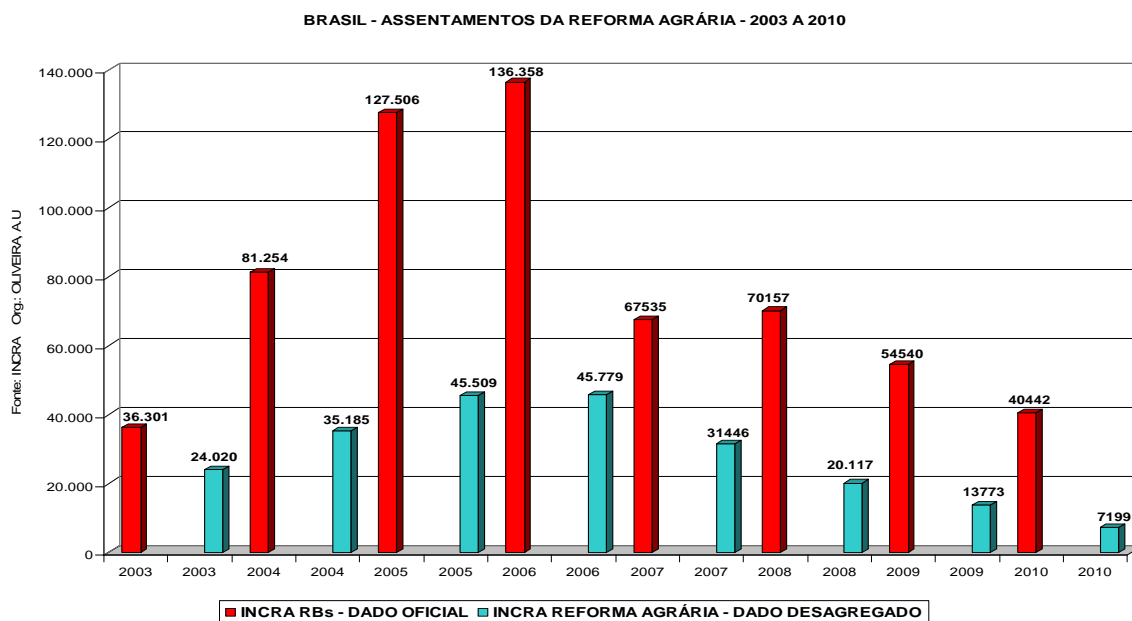
A relação direta entre expansão do orçamento para reforma agrária e ocupação de terras, indica que a estratégia do movimento da ocupação com o intuito de pressionar o governo a assumir uma política agrária de distribuição de terras tem dado certo no Brasil. Estes números também apontam para o protagonismo político dos sem-terra na definição da política agrária do Governo Lula, pois justamente nos períodos de maior ação dos movimentos, são aqueles em que o Governo assume uma postura mais positiva em relação à reforma agrária. O comportamento do governo em relação a um programa destinado a este fim, portanto, não pode ser creditado somente a uma postura administrativa ou a determinada posição governamental, o mesmo mantém relação direta com a ação dos movimentos sociais e sua postura em relação ao governo.

É difícil afirmar se as ações de ocupações de terra diminuíram em decorrência do ímpeto repressivo do estado, que nos últimos anos tem se caracterizado pela criminalização da ação social (CPT, 2010, p. 119-126) ou pela mudança de estratégia dos movimentos em relação ao tipo de ação necessária para a efetivação da reforma agrária, apostando na aproximação com o governo como uma melhor forma de atingir os seus objetivos. O fato é que não pode ser considerada explicação para diminuição do ímpeto para luta, a realização de qualquer projeto de reforma agrária no Brasil. Os números referentes à quantidade de assentamentos promovidos pelos governos, apresentam dados curiosos, principalmente quando confrontados com os discursos que envolvem sua divulgação.



O Gráfico apresentado pelo professor Ariovaldo Umbelino¹⁸, tendo como base os dados oficiais do Incra, indicam que durante o primeiro mandato do Governo Lula tivemos um crescimento do número dos assentamentos de reforma agrária no Brasil, não é demais dizer que os períodos de melhora no indicador coincidem com o fortalecimento do orçamento do Incra. Os dados também apontam para uma diminuição considerável da política de assentamento no segundo mandato, o que não só estabelece momentos diferenciados, no mesmo governo, em relação a esta política, como ressaltam uma mudança de postura em relação ao tema, principalmente quando cruzamos estes dados com o do crescimento das exportações e as medidas facilitadoras da formação do latifúndio na Amazônia Legal.

Ainda que registrada as mudanças de postura durante o Governo Lula, os dados apresentados acima evidenciam um melhor desempenho deste governo em relação aos anteriores no quesito número de assentamentos. As pesquisas do professor Ariovaldo, porém, não se limitaram a reproduzir os números apresentados pelo Incra, procuraram também, a partir destes números, separar os dados sobre novos assentamentos, daqueles que simplesmente se referiam à regularização de assentamentos criados em outros governos, ou seja, movimentos de entrega de títulos de terra em assentamentos que os trabalhadores já ocupavam efetivamente a terra, e que o Incra apresentou como sendo criados durante o governo Lula¹⁹.



¹⁸ Este gráfico foi apresentado pelo professor Ariovaldo Umbelino- USP em palestra realizada em Goiânia no dia 03 de agosto de 2011, agradeço a disponibilização do seu trabalho.

¹⁹ A título de exemplo pode ser citado os casos dos assentamentos Barra do Corda, no Maranhão; Papucaia, em Cachoeira de Macacu-RJ; Angical I, de Cotegipi-BA, que aparece na relação dos beneficiários assentados no Governo Lula, mas que teve seu ano de criação em respectivamente 1971, 1951 e 1986. O caso de Papucaia é ainda mais questionador dos números apresentados, pois foram assentados neste “novo assentamento” duas famílias (número referente as pessoas que receberam título em 2005)..

No Gráfico acima os dados em vermelho apresentam todos os assentamentos novos e regularizados durante o Governo Lula, contudo os dados em azuis se referem somente aos novos assentamentos, às novas terras que foram entregues aos sem-terra, que não estavam sobre seu domínio efetivo antes deste Governo. É impressionante a distância entre os dois dados e como o desempenho do Governo Lula em relação à criação de novos assentamentos foi abaixo dos números registrados pelo Governo FHC, um período em que muito pouco se fez pela reforma agrária e se adotou todas as medidas para impedir as ações dos movimentos sociais.

A diminuição do fôlego de luta dos movimentos sociais e da disponibilidade financeira do estado para reforma agrária, no segundo mandato, nada tem a ver com a efetivação de uma reforma agrária no primeiro mandato. No início do Governo Lula houve uma aproximação do governo com os movimentos sociais de luta pela terra, inclusive com aparições e manifestações públicas favoráveis a esses movimentos. O aumento das ações de ocupações era justificado pelo movimento como uma forma de auxílio ao governo para condução de sua política de reforma agrária, representando, portanto, não uma desconfiança em relação as intenções do governo para com o campo, mas uma confiança na sua capacidade de dirigir o processo da reforma agrária. A confiança do movimento no governo, não teve como resposta a melhoria dos índices de novos assentamentos, talvez uma atuação mais efetiva do estado em assentamentos já consolidados, mas sem a garantia do título de terra, reivindicação dos camponeses pequenos proprietários, em detrimento de uma massa de acampados de origem e localização dispersa.

Se no primeiro mandato a confiança ativa do movimento não teve a resposta merecida, a sua estratégia passiva contou menos ainda com uma disponibilidade do governo para reforma agrária, muito pelo contrário, o resultado da desmobilização social foi uma contra-reforma agrária. Contudo, analisando os dois lados, o resultado desta política foi o apaziguamento do campo e o fortalecimento do bloco hegemônico neoliberal, que agora contava com a simpatia não só dos setores modernos do agronegócio, mas também daqueles tradicionais que em outro período assistiram à condução da agenda neoliberal com desconfiança.

Conclusão

No segundo mandato do Governo Lula houve um crescimento acentuado do setor do agronegócio no Brasil, representado principalmente pela expansão das exportações agrícolas. O destaque principal no crescimento das oportunidades de negócio para o campo foi o da expansão do setor das carnes, que saltou do quarto lugar em valor exportado para o segundo, mantendo nos últimos dois anos sua posição sem qualquer abalo. O crescimento das exportações e o desempenho das carnes poderiam ser creditados a situação conjuntural do aumento do preço das *commodities*

agrícolas na última década, esta também uma característica constante do período. Ocorre porém que o fator conjuntural não foi a única marca deste processo, atuaram de forma importante as medidas governamentais que facilitaram o acesso do agronegócio ao patrimônio público das terras devolutas, facilitando portanto a expansão do setor da pecuária, um tipo de cultura que tem relação direta com a ocupação de novas áreas de fronteira.

O crescimento das carnes, mas do que indicar o desempenho comercial de um setor do agronegócio apresenta uma situação muito peculiar, pois esta relacionado à ocupação de novas áreas ao processo produtivo, que depende em grande medida da ação de intermediários, seja avançando sobre o patrimônio público com a consolidação de posses de grandes extensões, ou promovendo processos de “limpeza” de área com a expulsão de antigos pequenos posseiros instalados nas regiões cobiçadas pelo agronegócio. A presença dos intermediários e as medidas do governo facilitando as ações dos mesmos foram fundamentais para a integração de grupos tradicionais ao processo de produção e acumulação dirigido pelo agronegócio, resolvendo um dos problemas básicos da agenda neoliberal – a inclusão deste grupo nos processos de ganhos dos negócios agrícolas.

Colaborou também para a condução de uma política efetiva de crescimento das exportações agrícolas e a consolidação da agenda neoliberal no campo a política de controle dos movimentos sociais relacionados a ocupação de terra. Neste setor o Governo mesmo com resultados pífios na criação de novos assentamentos rurais, ou seja, da entrega de novas terras ao processo de reforma agrária, foi brindado com a diminuição considerável das ocupações de terra, um tipo de ação que trouxe problemas políticos para o bloco hegemônico no Brasil, dificultando a condução de uma agenda neoliberal no campo. A diminuição do ímpeto de luta dos movimentos sociais é um fenômeno complexo, envolvendo desde a mudança nas estratégias de ação, até as dificuldades enfrentadas com a repressão e com as políticas de compensação social que diminui a massa disponível para a luta pela terra no Brasil. Seja como for, o deslocamento dos movimentos sociais para uma agenda menos reativa, não favoreceu o avanço da reforma agrária, como facilitou o processo de expansão do latifúndio no Brasil, abrindo caminho para a condução de uma política neoliberal para o setor agrícola em melhores bases do seu início.

Os últimos anos não apresentam um quadro alentador para os milhares de sem-terra no Brasil; a violência expande, o latifúndio avança e o setor agrícola ocupa um espaço importante na agenda neoliberal, principalmente na garantia das altas reservas cambiais, fundamentais para a manutenção de uma política de valorização do capital financeiro e da farra nas bolsas de valores. A agenda da reforma agrária no Brasil cada vez mais deixa de ser uma política reformista para assumir contornos significativos na condução de um projeto de transformação social e de derrota do neoliberalismo. O ativismo público como estratégia de ação social necessita ser recuperado, pois a

aproximação com o Governo e a esperança de que a reforma agrária faria parte de uma possível agenda desenvolvimentista ficam abandonadas, em favorecimento dos mecanismos de fortalecimento do agronegócio e da expansão das exportações dos produtos básicos, tendo como resultado prático deste processo o fortalecimento de uma agricultura de bases latifundiárias.

Bibliografia

AGGEGE, Soraya. *O MST muda o foco: entrevista João Pedro Stedile*. Carta Capital. Disponível: <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-mst-muda-o-foco/>. Acessado em 10 de outubro de 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Indicadores econômicos consolidados*. Disponível: <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>. Acessado: dia 09 de outubro de 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Intercâmbio Comercial do Agronegócio: Principais mercados de destino*. Brasília: Mapa/ACS, 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Intercâmbio Comercial do Agronegócio: Principais mercados de destino*. Brasília: Mapa/ACS, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa Terra Legal*. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/terralegal/>. Acessado em 05 de novembro de 2011.

CPT. *Conflitos no campo Brasil 2009*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CPT. *Conflitos no campo Brasil 2010*. Goiânia: CPT, 2011.

ENTENDA a MP 458, que regulariza a posse de terras na Amazônia Legal. *BBC*. Disponível: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/06/090623_mp458_fa_cq.shtml. Acessado em 06 de outubro de 2011.

FUNCEX. *Indicadores Funcex e Estatísticas anuais*. Acessado em <http://www.funcexdata.com.br/br/indicadores.asp#>, no dia 05 de novembro de 2011.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

HARVEY, David. *Los limites del capitalismo y la teoria marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

IPEA. *Desenvolvimento Agrário*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bsp_07/DESENV_AGRARIO.pdf. Acessado em 9 de outubro de 2011.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Pulo: Editora Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1990.

MENDONÇA, Sônia Regina. *A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da organização das cooperativas brasileiras à Associação Brasileira de Agribusiness*. In: ANTÍTESE: marxismo e cultura socialista. Goiânia: CEPEC, 2006. P. 11-29.

PETRAS, James & VELTMEYER, Henry. *Brasil de Cardoso: a desapropriação do país*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

PRESIDÊNCIA. Grupo permanente de trabalho interministerial para a redução dos índices de desmatamento da Amazônia Legal. *Plano de Ação para a prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal*. Brasília, 2004.

SAES, Décio. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SENADO FEDERAL. *Portal Orçamento*. Disponível em: http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/LOA/Elaboracao:PL. Acessado em: 17 de agosto de 2011.

UMBELINO, Ariovaldo. *Os desafios da Reforma Agrária*. Palestra proferida em Goiânia no dia 03 de agosto de 2011.